



**ATA DA II REUNIÃO DO FÓRUM AMAZONENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
BIODIVERSIDADE, SERVIÇOS AMBIENTAIS E ENERGIA (FAMC)**

DATA: 15 DE JANEIRO DAS 14h30 ÀS 17h30

LOCAL: Sala de Reunião do Conselho da UEA

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião do Conselho da Reitoria da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), foi dado início à II Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC), presidida pelo Subcoordenador do Centro Estadual de Mudanças Climáticas – CECLIMA/SDS, Sr. Ernesto Roessing Neto, por meio de indicação por escrito da secretaria executiva do FAMC em virtude da inviabilidade de participação da presidência e da secretaria executiva. A pauta da reunião foi definida com os seguintes assuntos: revisão da Memória da I Reunião do FAMC, especificações dos produtos e prazos das Câmaras Temáticas do FAMC para o ano de 2010, posicionamento do FAMC em torno dos resultados da 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), proposta de pauta da III Reunião do FAMC, aprovação do calendário do fórum para o ano de 2010 e efetivação das Instituições convidadas a fazerem parte como membros do fórum (FUNAI, SUFRAMA, DNPM, SEARP, SETRAB, CONALTOSOL, INMET, CREA, OAB). Estiveram presentes à reunião as seguintes instituições formalmente estabelecidas como membros do FAMC: SDS, SECT, SEPROR, SEPLAN, SUSAM, SEINF, SEDUC, SEIND, CEMAAM, CNS, FAS, FVA, IDESAM, IPÊ, FAEA, FIEAM, INCRA, INPA, SIPAM, UFAM, ICMBIO, EMBRAPA, IPAAM, ITEAM, UEA, AAM e Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) iniciou a reunião fazendo a leitura da pauta para possíveis questionamentos, pelo qual, não havendo nenhuma manifestação prosseguiu com a aprovação da memória da I Reunião do FAMC, onde não se fez necessário a leitura completa da mesma, tendo em vista que as instituições receberam previamente, via e-mail, a memória da I Reunião do FAMC para fazerem suas considerações. A Sra. Therezinha Soares (SECT) solicitou a correção do nome da OAB e questionou se o regimento já havia sido aprovado e publicado, assim como perguntou se já havia sido feito o convite formal às instituições indicadas a comporem o FAMC. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), ressaltou que o FAMC está numa situação jurídica não viável e reforçou a decisão da I Reunião em que, as entidades presentes concordaram em ajustar o decreto e que





34 votariam no regimento mesmo antes do ajuste do decreto, mas que a mudança do decreto
35 ainda está sendo avaliada, e que a assessoria jurídica da SDS já está tomando as devidas
36 providências. A partir daí, ele propôs que o regimento fosse trabalhado antes da aprovação do
37 decreto. “Podemos trabalhar com o regimento desta forma mesmo sabendo que o decreto
38 ainda não mudou ou esperar o decreto ser publicado para começar de fato as reuniões do
39 fórum.” O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) lembra que as entidades membros do
40 fórum têm direito a voto, enquanto as entidades convidadas têm direito a voz, assim como
41 prevê no decreto anterior e no atual, podendo ser agregados novos convidados pelo item. O
42 Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), questiona se podemos continuar com a reunião e
43 prosseguir os trabalhos, independentemente da publicação do decreto, todos concordaram em
44 dar prosseguimento a reunião. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), diz que se
45 compromete em apresentar em abril o decreto com as mudanças, pois o novo decreto e o
46 regimento devem estar em acordo. O Sr. Ricardo Bessa (FAEA) pergunta quantas pessoas
47 compõe o fórum. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) responde que atualmente o fórum
48 é composto por 40 membros, oficialmente estabelecidos. O Sr. Ricardo Bessa (FAEA),
49 questiona se há instituições a serem convidadas e se existe um limite de inserção de novos
50 membros. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), responde que existe uma lista que foi
51 elaborada na primeira reunião e diz também que não existe limites estabelecidos, e que se
52 pode definir a aceitação de outras instituições. O Sr. Ricardo Bessa (FAEA), diz que para que
53 este fórum possa ter representatividade é preciso assumir responsabilidades e compromissos,
54 com a preocupação de estabelecer membros natos e interessados em participar de forma
55 efetiva. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), propõe discutir a questão dos convites
56 enviados e os limites/critérios de convidados “podemos inserir como pauta na terceira reunião
57 e colocar em votação para ser aprovada por todos os membros presentes”. O Sr. Adailton
58 Alves (CEMAAM), diz que a minuta de convite foi elaborada pelo CECLIMA e que naquele
59 momento as instituições sentiram-se interessadas em fazer parte do fórum, a partir daí a
60 plenária lembrou das instituições a serem convidadas, e que na próxima reunião isso possa ser
61 definido, pois há um item no regimento que fala da flexibilidade de convidar instituições
62 ligadas às áreas especificadas: convidar personalidades renomadas e especialistas. O segundo
63 assunto de pauta trata da efetivação das instituições convidadas (FUNAI, SUFRAMA,
64 DNPM, SEARP, CONALTOSOL, INMET, CREA, OAB) como membros do fórum. O Sr.
65 Fernando Lopes (DNPM) diz que tem interesse em participar e que gostaria de fazer parte do
66 FAMC a partir da sua na terceira reunião. Logo após isso, a FUNAI, SEARP, SUFRAMA,





67 SETRAB e INMET se propuseram em participar do fórum. O Sr. Ernesto Roessing
68 (CECLIMA/SDS) diz que será enviado os documentos relativos ao fórum para as instituições
69 que ingressaram como membros para que encaminhem o nome do titular e suplente. O Sr.
70 Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), pergunta ao representante da SETRAB sobre o interesse
71 em participar do fórum. O Sr. Adilson Vieira (SETRAB) afirmou interesse. O terceiro assunto
72 de pauta trata sobre as especificações dos produtos e prazos das câmaras temáticas para 2010.
73 O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) fez a leitura da composição das câmaras temáticas
74 e sugeriu que possa ser definido itens a serem trabalhados no ano de 2010. O Sr. Ricardo
75 Bessa (FAEA) diz que não vê nenhum órgão ligado à questão do solo, ou seja, do setor
76 produtivo. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) diz que essas foram as instituições que
77 se manifestaram, mas fica em aberto para as instituições se inserirem. O Sr. Ricardo Bessa
78 (FAEA) fala que este conselho é criado na ação política do estado, como foram elaboradas as
79 temáticas, pois existe outros pontos a serem discutidos. O Sr. Adailton Alves (CEMAAM),
80 esclarece a diferença do conselho e do fórum. O Sr. Roberval Lima (EMBRAPA), pede a
81 inclusão da EMBRAPA nas três Câmaras Temáticas. O Sr. Marcelo Dutra (FIAM), sugere
82 que na próxima reunião os líderes dessas câmaras pudessem apresentar o que já foi discutido e
83 tratado, e que a partir daí se possa dar sequência aos trabalhos, e que na próxima reunião fosse
84 apresentado o calendário de reuniões das Câmaras Temáticas e que entrássemos para o
85 assunto sobre a COP-15. O Sr. Adailton Alves (CEMAAM), diz que o coordenador das
86 Câmaras Temáticas, assim como seus membros efetivos, tem liberdade de convidar
87 instituições para contribuir nas câmaras temáticas. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS)
88 diz que as Câmaras Temáticas são mais flexíveis e possuem regimento próprio, podendo ter
89 especialistas convidados conforme a demanda. Também propõe que o tema especificação dos
90 produtos e prazos das Câmaras Temáticas do fórum para o ano de 2010 fosse inserido na
91 pauta da próxima reunião. O Sr. Antônio Adevaldo (SEARP) propõe a inclusão na Câmara
92 Temática de florestas do fórum, sugere que cada Câmara apresente o calendário para ser
93 discutido. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS), diz que as Câmaras Temáticas poderiam
94 estar se reunindo e apresentando as ações para próxima reunião, até mesmo para se
95 organizarem e, na terceira reunião, o fórum ratifica o que será feito. O Sr. Alcimar Pinheiro
96 (Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas) solicita que
97 o coordenador de cada Câmara na próxima reunião faça uma apresentação das suas ações,
98 assim se estabeleceriam prazos para os produtos. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS),
99 propõe que as câmaras desenvolvam seus trabalhos até a terceira reunião do Fórum, para





100 apresentarem seus produtos. Isto ficou acordado por todos membros presentes. O Sr. João
101 Tezza (FAS) diz que pode ser discutido na pauta da próxima reunião a definição das tarefas
102 de cada Câmara Temática. O Sr. Ricardo Bessa (FAEA) sugere marcar agendas de reuniões
103 com os membros das Câmaras Temáticas, e que se as câmaras forem dinâmicas não irá faltar
104 trabalho. Propõe também que as Câmaras possam trazer as demandas para próxima reunião. O
105 Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) diz que ainda não foi feita nenhuma reunião ou
106 atividade em relação às Câmaras Temáticas, e que os participantes das mesmas poderiam
107 estar a vontade para trabalhar e mostrar estratégias. A Sra. Mariana Pavan (IDESAM), sugeriu
108 a definição de data da primeira reunião de cada Câmara. O Sr. Adailton Alves (CEMAAM),
109 propõe que o representante de cada câmara temática faça a apresentação dos focos das Câmaras
110 Temáticas, em 5 minutos, sendo aprovado por todos presentes. O Coordenador da Câmara
111 Temática de Energia, Sr. Rubens Souza (UFAM), diz que a proposta das ações da Câmara
112 Temática de Energia é de que as reuniões aconteçam nas primeiras sextas-feiras de cada mês,
113 no período da tarde, na sede do CECLIMA. A expectativa é que essas reuniões não durem
114 mais do que de 02h e ocorreria da seguinte forma, de 05 a 10 minutos para informes, em torno
115 de 1h para apresentação dos objetivos, metas e compromissos da câmara de energia, assim
116 como o acompanhamento dos projetos e programas de energia. Desta forma, na primeira
117 reunião deverá ser construído um calendário de exposição das instituições para fazerem
118 apresentação de projetos, debates, andamento e o aprofundamento de projetos que definirá
119 estratégias de visita num acompanhamento mais próximo, e o restante do tempo seria para
120 discutir como implantar as ações do que está proposto, definindo suas estratégias. O Sr.
121 Rubens Souza (UFAM), diz que para algumas ações, são necessários recursos financeiros,
122 como por exemplo, para fazer o inventário de emissões no setor energético, levantamento de
123 dados, elaboração de relatórios e contratação de especialistas.

124 A Sra. Mariana Pavan (IDESAM), a qual estava representando o Coordenador da Câmara Uso
125 do solo, Florestas e Serviços Ambientais, Sr Mariano Cenamo, diz que a proposta é colocar
126 prioridades dessas ações em forma de agenda e mobilizar as instituições envolvidas, de forma
127 que a reunião ficaria agendada para a segunda terça-feira do mês de fevereiro, onde se
128 discutiria a Proposta de Lei de Serviços Ambientais, os seus objetivos, as suas diretrizes,
129 desenvolvimento de estratégias de REDD para Amazonas e Pagamentos por Serviços
130 Ambientais para as populações tradicionais no Amazonas. No que diz respeito ao Plano de
131 Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas (PPCD-AM), a proposta é marcar uma





reunião em março para apresentação das ações do PPCDAM pela SDS, com a elaboração de diagnóstico de críticas e sugestões.

O Sr. Flávio J. Luizão (INPA), o qual representou o Coordenador da Câmara Temática de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, Sr. Antonio Manzi, diz que a ação prioritária da Câmara é o inventário de emissões de gases do efeito estufa, em que é preciso elaborar um termo de referência para contratar consultores, ou as instituições que tecnicamente possam ajudar nesse trabalho. A próxima reunião, segundo informação prévia do Coordenador, Sr. Antonio Manzi, aconteceria entre 10 a 15 dias no máximo a partir daquele dia, com a intensificação da contribuição das instituições nos setores, energético e agrícola para elaboração desse inventário. Esses seriam os primeiros passos para que na metade do ano esteja concluído o inventário de emissões. A Sra. Lúcia Gulart (INMET), afirma que um ponto básico para a realização desse inventário de emissões seria uma carta geotécnica, um mapa agroecológico com estudos climáticos ou até zoneamento ecológico econômico do Estado, e que naquele momento ainda não existia. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) diz que essa questão é válida e que fica a critério do fórum para incluir na pauta e nos temas existentes, conforme a realidade existente. O Sr. Adailton Alves (CEMAAM) propõe as seguintes datas para as reuniões das Câmaras: Energia no dia 05 de fevereiro, Uso do Solo, Florestas e Serviços Ambientais, no dia 09 de fevereiro e Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, no dia 27 de janeiro. Aprovada as agendas das Câmaras Temáticas, o Sr. Adailton Alves (CEMAAM) procede com a quarta pauta do dia, e apresenta a agenda de reuniões do fórum: 09/04/2010 (ordinária), 09/07/2010 (ordinária), 08/10/2010 (ordinária), 11/11/2010 (Proposta de reunião extraordinária pré-COP16). Estas datas foram aprovadas pelos membros presentes. O quinto assunto de pauta foi o posicionamento do Fórum em torno dos resultados da COP 15. Para isso, o Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) fez uma apresentação síntese à plenária do Fórum a respeito dos principais resultados obtidos na COP-15. Logo após isso, a Sra. Ana Maria (SUFRAMA) relata a elaboração do inventário de emissão na Feira Internacional da Amazônia, sob a supervisão do Prof. Rubens Souza (UFAM), e que este material será disponibilizado para os professores de matemática, assim como para todos do fórum no dia 09/04, a partir de documentos gravados em CD. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) parabeniza a iniciativa da SUFRAMA. Em seguida, o Sr. Adilson Vieira (SETRAB), faz considerações sobre a COP a respeito da inclusão do tema florestas nas discussões internacionais e afirmou que o fórum tem o papel de discutir com a FIEAM um novo componente de incentivo fiscal às indústrias do distrito industrial. O Sr. Ricardo Bessa





(FAEA), diz que gostaria de ver alguém pensando na redução de emissões por energia através de óleos vegetais, e é necessário ampliar a preocupação do Estado em relação à utilização de energias alternativas. O Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) falou sobre o diagnóstico de melhoria de eficiência energética nos prédios públicos para redução de energia. A Sra. Therezinha Soares (SECT), sugere aos órgãos do estado façam questão das ações mitigadoras, e que possa ser incorporado como ação do fórum, de forma a não ser somente uma atividade restrita aos órgãos públicos, mas sim como cotidiano dos cidadãos. O Sr. Manoel Cunha (CNS) enfoca que na COP 15 o Brasil e, em especial, o Amazonas, teve bastante destaque político por ter colocado suas questões em prática. A Sra. Kátia Schweickardt (INCRA) relata a experiência inovadora do INCRA na geração de benefícios fundiários e sociais junto às populações tradicionais, nos assentamentos rurais e nas comunidades tradicionais e em algumas áreas protegidas do Estado. O Sr. João Tezza (FAS) diz que depois da COP 15 foi dado mais atenção à parte de Adaptação às Mudanças Climáticas do que à sua Mitigação, e que isso era uma indicativa da incapacidade da COP gerar resultados práticos de forma adequada. O Sr. Marcelo Dutra (FIEAM) falou sobre o desenvolvimento de estudos sobre cobertura vegetal que as indústrias vêm desenvolvendo para realizar práticas de cuidar do meio ambiente, gerar incentivos fiscais e redução das emissões. A Sra. Lúcia Gulart (INMET) falou sobre a questão da variabilidade climática.

Em seguida, discutiu-se o sexto assunto da pauta da reunião, referente à pauta para III Reunião: revisão da memória da reunião; apresentação de escopo de estudos com objetivos, estratégias, valores, metas e resultados das câmaras temáticas; discussão de aprovação de uma quarta Câmara Temática de definição metodológica para o programa amazônico de GHG Protocolo. Logo após o Sr. Anderson Bittencourt (CECLIMA/SDS) disse que o Amazonas, por meio do CECLIMA, havia finalizado o diagnóstico do projeto de eficiência energética nas Unidades Consumidoras do Estado, e propôs a apresentação do documento final orientador do projeto junto à plenária do Fórum, em sua terceira reunião.

A pauta da terceira reunião foi aprovada por todos membros presentes.

Feito isso, o Sr. Ernesto Roessing (CECLIMA/SDS) deu por encerrada a II reunião do FAMC.

Após o final da reunião, foi elaborada esta Ata que será aprovada na próxima reunião, assinada por mim, _____, pelo representante da Presidência, _____, e demais membros representantes das instituições no Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais.

